



Revista Catarinense da Ciência Contábil

ISSN: 1808-3781

ISSN: 2237-7662

revista@crcsc.org.br

Conselho Regional de Contabilidade de Santa Catarina
Brasil

Ferreira, Gilceu; Raupp, Fabiano Maury
PROPOSTA DE APERFEIÇOAMENTO DO PORTAL DA
TRANSPARÊNCIA DO PODER EXECUTIVO DE SANTA CATARINA
Revista Catarinense da Ciência Contábil, vol. 21, 2022, pp. 1-22
Conselho Regional de Contabilidade de Santa Catarina
Florianópolis, Brasil

DOI: <https://doi.org/10.16930/2237-766220223247>

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=477569870009>

- ▶ [Cómo citar el artículo](#)
- ▶ [Número completo](#)
- ▶ [Más información del artículo](#)
- ▶ [Página de la revista en redalyc.org](#)

redalyc.org

Sistema de Información Científica Redalyc

Red de Revistas Científicas de América Latina y el Caribe, España y Portugal
Proyecto académico sin fines de lucro, desarrollado bajo la iniciativa de acceso
abierto

PROPOSTA DE APERFEIÇOAMENTO DO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA DO PODER EXECUTIVO DE SANTA CATARINA

PROPOSAL FOR THE IMPROVEMENT OF THE PORTAL TRANSPARENCY OF THE EXECUTIVE GOVERNMENT OF SANTA CATARINA

GILCEU FERREIRA

Universidade do Estado de Santa Catarina

Endereço: Av. Madre Benvenuta, 2037 | Itacorubi | 88.035-001 | Florianópolis/SC | Brasil.

https://orcid.org/0000-0001-9761-3193

gilceuf@gmail.com

FABIANO MAURY RAUPP

Universidade do Estado de Santa Catarina

Endereço: Av. Madre Benvenuta, 2037 | Itacorubi | 88.035-001 | Florianópolis/SC | Brasil.

https://orcid.org/0000-0001-9533-2574

fabianoraupp@hotmail.com

RESUMO

O objetivo deste artigo consiste em propor diretrizes para o aperfeiçoamento da transparência de dados e informações públicas do Estado de Santa Catarina, relacionadas à Educação, por meio do Portal da Transparência do Poder Executivo. Trata-se de uma pesquisa descritiva e qualitativa, que utilizou um modelo de análise baseado em atributos da qualidade da informação. A população consistiu em 61 pedidos de informação de 2019 baseados na Lei de Acesso à Informação (LAI). Utilizando a análise documental e de conteúdo, os resultados mostraram que 88% dos pedidos se referem à Educação Básica e 12% à Educação Superior. Outra classificação demonstrou que 58,8% estão associados à “Prestação de Serviços”, 29,4% em “Informações Institucionais” e 11,8% à “Gestão Financeira”. Foram elaboradas 23 proposições de conteúdo abordando aspectos da relevância, confiabilidade, linguagem, apresentação, tempestividade e série histórica, que fazem parte das dimensões utilidade, compreensibilidade e temporalidade do modelo de análise. As proposições tratam de informações organizacionais, de recursos humanos, das escolas, da universidade estadual, assim como de serviços, ações e resultados, despesas e os convênios e transferências de recursos relacionados à Educação. Abordam aspectos gerais, como o quantitativo de alunos, professores e escolas, mas também orientam a disponibilização de forma particularizada, como os conteúdos relacionados a determinados gastos de cada escola. A criação da página temática “Educação” no Portal para concentrar o repertório de conteúdos e facilitar o acesso e direcionamento para outras páginas e funcionalidades existentes no Portal, aplicando filtros da educação, consistiu em uma proposta de melhoria geral.

Palavras-chave: Transparência Pública. Educação. Qualidade da Informação. *Accountability*.

Editado em português e inglês. Versão original em português.

Recebido em 18/01/2022. Revisado em 20/06/2022. Aceito em 06/07/2022 pelo Prof. Dr. Rogério João Lunkes (Editor-Chefe). Publicado em 05/08/2022.

Copyright © 2022 RCCC. Todos os direitos reservados. É permitida a citação de parte de artigos sem autorização prévia, desde que identificada a fonte.

ABSTRACT

The purpose of this article is to provide guidelines for improving the data and public information transparency in the State of Santa Catarina, related to Education, through the Transparency Portal of the Executive Government. This is a descriptive and qualitative research, which uses an analysis model based on attributes of information quality. The population consisted of 61 information requests from 2019 based on the Access to Information Act (LAI). Using a documentary and content analysis, the specific results that 88% of the requests refer to Basic Education and 12% to Higher Education. Another classification showed that 58.8% are associated with "Provision of Services", 29.4% in "Institutional Information" and 11.8% in "Financial Management". Twenty-three content proposals were elaborated addressing aspects of relevance, reliability, language, presentation, timeliness and historical series, which are part of the dimensions usefulness, understandability and temporality of the analysis model. The proposals deal with organizational information, human resources, schools, the state university, as well as services, actions and results, expenses and the agreements and transfers of resources related to Education. They address general aspects, such as the general number of students, teachers and schools, but they also guide the availability in a particular way, such as content related to certain expenses of each school. The creation of the "Education" thematic page on the Portal to concentrate the content repertoire and facilitate access and directing to other pages and existing features on the Portal, applying education filters, consisted of a general improvement proposal.

Keywords: Public Transparency. Education. Information Quality. Accountability.

1 INTRODUÇÃO

A transparência pública tem sido considerada uma dimensão da *accountability* capaz de despertar mais condições de confiança nos governados ante os governantes (Raupp & Pinho, 2013). Ela contribui para melhorar a relação entre o governo e a população a partir do acesso à informação, criando condições para enfrentar problemas relacionados à perda de confiança das autoridades governamentais, ao combate à corrupção e às exigências da *accountability* (Pasquier & Villeneuve, 2007). A transparência representa um conjunto de mecanismos que permitem o acesso às informações públicas (Angélico, 2015).

A utilização de portais eletrônicos, instrumento aplicado para a transparência pública, permite que o governo possa utilizar essa tecnologia para ampliar a sua comunicação com a sociedade, uma vez que um maior número de pessoas pode acessar as informações e acompanhar melhor as ações governamentais (Raupp & Pinho, 2011; Pinho, 2008). Seguindo essa diretriz, o Poder Executivo do Estado de Santa Catarina desenvolveu e mantém um Portal da Transparência (transparencia.sc.gov.br) para que a população acesse conteúdos no ambiente de Internet. Este portal constitui-se o objeto da presente pesquisa e seu estudo foi motivado pelo fato de os autores terem atuado com a temática da transparência pública no meio acadêmico e profissional. De maneira especial, um dos autores participou de forma ativa no projeto de reformulação e gestão do Portal da Transparência, lançado em 2017. Por isso, a busca pela realização da pesquisa possibilitou aliar os conhecimentos da experiência prática com os acadêmicos, abrindo espaço para contribuições à transparência estadual.

Dentre os dados e informações divulgados, existem aqueles relacionados às áreas governamentais, identificadas pela função da despesa pública, como Educação, Saúde e Segurança Pública (Portaria n.º 42, 1999). Em se tratando da escolha da área Educação como foco de estudo, em detrimento de outras áreas, destaca-se que a Educação atende a um direito social e universal que os estados prestam para a sociedade de forma gratuita e com prioridade ao ensino fundamental e médio. É a área em que precisa ser aplicado anualmente, no mínimo, 25% da receita resultante de impostos (Constituição da República Federativa do Brasil, 1988).

De acordo com o Portal da Transparência do Poder Executivo, após a Previdência Social, os maiores gastos acumulados, entre 2016 e 2020, foram destinados para a Educação. Neste período, os valores comprometidos (empenhados) foram de R\$ 28 bilhões, o que correspondeu a 17% do total dos gastos públicos do Executivo, que foram aplicados diretamente pela estrutura estadual ou repassados para outros entes, como os municípios catarinenses (Santa Catarina, 2020). Portanto, a Educação é uma área que recebe grandes volumes de recursos e está associada a direitos constitucionais, além de apresentar uma relação próxima com a população, o que enseja estudos específicos. Melhorias na transparência da Educação são importantes para que o Estado possa atender as demandas informacionais desta área relevante para a sociedade.

Dentro dessa perspectiva, o artigo tem como tema a transparência pública do Poder Executivo Estadual e apresenta como problema, sobre o prisma de oportunidade de melhoria, a identificação dos conteúdos da Educação que possam ser divulgados para aperfeiçoar a transparência estadual, por meio do Portal da Transparência do Poder Executivo de Santa Catarina, a partir de demandas da sociedade encaminhadas nos pedidos de informação da LAI. Para o atendimento da problemática, o objetivo deste artigo consiste em propor diretrizes para o aperfeiçoamento da transparência de dados e informações públicas do Estado de Santa Catarina, relacionadas à Educação, por meio do Portal da Transparência do Executivo.

Com relação aos aspectos que compreendem a motivação para o estudo, citam-se como principais: a possibilidade de identificar dados e informações de interesse geral que vêm sendo respondidos por pedidos de informação da LAI e poderão ser incluídos no Portal; o estabelecimento de estudos propositivos para conteúdos distintos daqueles estabelecidos nas legislações da transparência (federais e estaduais); a possibilidade de recomendar a divulgação de dados e informações não financeiras, uma vez que a temática das finanças públicas prevalece no Portal; a oportunidade de fazer estudos para indicar avanços na divulgação dos conteúdos das áreas finalísticas do Estado, com pouca ênfase no Portal; a possibilidade de contribuir com proposições para a abertura e compartilhamento de dados e informações que atendem o recente modelo de gestão da Administração Pública Estadual, que determinou a implementação de um governo pautado na transparência, conforme previsto da Lei Complementar n.º 741, de 12 de junho de 2019; a contribuição para o projeto de dados abertos, atualmente em desenvolvimento no Estado, que requer estudos para inclusão de novos dados.

Em estudos anteriores dirigidos aos portais da transparência, as proposições de conteúdos para os portais aparecem como parte integrante de algumas publicações, sendo escassa a produção acadêmica de estudos direcionados e de forma sistematizada utilizando atributos da qualidade da informação como requisitos para esse fim. Basicamente, as publicações envolvem duas abordagens: a primeira volta-se para o aspecto avaliativo dos portais, podendo utilizar atributos da qualidade da informação para este fim e apresentar proposições gerais de melhorias (Lima, Schramm, Coeli, & Silva, 2009; Allegretti & Platt Neto, 2010; Cruz, Ferreira, Silva, & Macedo, 2012; Freire, 2014; Jahns & Raupp, 2016; Máchová & Lnenicka, 2016; Souza, R. J., Barbosa, Cabral, & Santos, 2019; Curto-Rodríguez, 2020; Silva, Monteiro, & Reis, 2020).

A segunda abordagem traz o aspecto investigativo de demandas informacionais da sociedade, mas sem utilizar atributos da qualidade da informação, podendo apresentar proposições de melhorias para os portais (Almeida, 2015; Barbosa, 2015; Gama, 2015; Carossi & Teixeira Filho, 2016; Calvosa, Silva, & Krakauer, 2017). Nesta abordagem, encontram-se trabalhos específicos da transparência em Educação. Trata-se de dois achados que se voltam para instituições de ensino superior (Gama, 2015; Carossi & Teixeira Filho, 2016). Percebe-se a carência de estudos específicos da transparência em educação voltados para os portais estaduais e tampouco com a utilização e atributos da qualidade da informação. O estudo contribui para trazer este novo olhar de aplicabilidade nos portais, observando as áreas governamentais e de forma especial a Educação.

Portanto, estudos sistematizados que abordem os atributos da qualidade da informação não vêm sendo utilizados nesta concepção propositiva, materializando uma lacuna identificada na

literatura. Nesse sentido, a forma sistematizada para gerar proposições com uso de atributos da qualidade da informação, tendo por base Platt Neto, Da Cruz, Ensslin e Ensslin (2009), Trindade, Oliveira e Becker, (2011) e Arouck (2011), acaba sendo um diferencial do presente estudo, assim como sua contribuição propositiva para a transparência da área da Educação.

O artigo inicia com esta Introdução, seguido pelo aporte teórico necessário para dar sustentação ao objeto investigado. Na sequência são abordados os procedimentos metodológicos adotados para a realização da pesquisa. Após, os resultados alcançados são apresentados, com destaque para a categorização dos pedidos de informação, descrição dos atributos da qualidade da informação, e melhorias dos conteúdos para a Educação. O artigo é encerrado com as Conclusões do estudo.

2 ASPECTOS TEÓRICOS

2.1 Transparência pública

A transparência tem sido propulsora de melhorias em diversos aspectos organizacionais e para o bem da sociedade. É considerada uma pedra angular para uma boa governança e pode melhorar a tomada de decisões, aumentar a responsabilidade, além de promover uma cidadania mais informada e compreensiva. Esse conjunto de benefícios leva as organizações públicas a serem mais responsivas e confiáveis (Porumbescu, 2015). Nos estudos sobre corrupção, a transparência está relacionada à existência de ferramentas e instituições que atuam para a redução das práticas de corrupção de um país. Para a ciência política, esse conceito está associado à divulgação de informações pelos governos para os atores internos e externos, que posteriormente são utilizados como instrumento de responsabilização (*accountability*) dos agentes públicos (Zuccolotto, Teixeira & Riccio, 2015).

Para Meijer (2013), a transparência é definida como a disponibilidade de informações sobre um ator que permite que outros atores monitorem o funcionamento ou o desempenho do mesmo, gerando assim uma relação institucional de troca de informações desse ator, nesse caso o governo. Grimmelikhuisen e Welch (2012) enfatizam que a definição de transparência está relacionada com a extensão com que uma organização revela informações relevantes sobre seus processos de decisão, procedimentos, atividades, funcionamento e desempenho. Isso permite que ocorra uma “observabilidade interna” que possibilita que pessoas de fora da organização possam monitorar essas questões. Nesse sentido, é a transparência entendida como a disponibilidade de informações sobre uma organização ou pessoa que permite que outros atores externos possam monitorar o funcionamento ou desempenho da mesma (Grimmelikhuisen & Welch, 2012).

As estruturas de informações fornecem uma compreensão mais sistemática dos tipos de informações da transparência pública, pois existe uma diversidade e quantidade de informações para aperfeiçoá-la (Porumbescu, 2015). A estrutura elaborada por Cucciniello, Bellè e Valloti (2014) divide a transparência governamental em quatro dimensões: 1) Institucional: informações pertencentes às atividades das organizações públicas, como a missão, as operações, as atividades institucionais e outras obrigadas a publicar por lei. 2) Política: informações pertencentes a representantes políticos, como informações do seu mandato, atividades realizadas, o salário e outras informações. 3) Gestão Financeira: informações de como os governantes fazem uso dos recursos financeiros alocados. 4) Prestação de Serviços: informações de como o governo atua na prestação de serviços (Cucciniello et al., 2014).

A transparência pública pode ser entendida a partir dos mecanismos que possibilitam o acesso à informação pública, seja pelas iniciativas do governo de uma maneira proativa ou quando provocado para responder solicitações de informação, materializadas em pedidos de informação dos cidadãos (Angélico, 2015). Nesta perspectiva, Zuccolotto e Teixeira (2019) apresentam algumas classificações da transparência, como a relacionada com a iniciativa que estabelece a transparência ativa ou a transparência passiva. A primeira se refere à difusão periódica e

sistemizada de informações sobre a gestão estatal para que a sociedade possa avaliar o desempenho governamental. É exigido a disponibilização em uma página da internet com informações a respeito dos serviços prestados, indicadores de desempenho, entre outras. Já a transparência passiva consiste na obrigação do Poder Público em conceder, a todos os cidadãos que requeiram, acesso tempestivo de documentos públicos, exceto aqueles que estejam protegidos por motivo de sigilo (Zuccolotto & Teixeira, 2019).

Um portal é uma porta de entrada na Internet e pode representar um local de intensa visitação em virtude dos serviços e informações que oferece aos cidadãos visitantes (Raupp & Pinho, 2011). Os portais da transparência disponibilizam dados e informações públicas referentes à atividade financeira estatal, permitindo a análise e o controle dos cidadãos. Os conteúdos se referem às contas públicas, aos contratos firmados, aos processos licitatórios, às obras públicas e outras ações governamentais. Cada ente federativo tem e missão de criar seu portal para realizar essa disponibilização (Sales, 2012).

2.2 Acesso à informação pública

O direito ao acesso à informação pública é entendido como um direito humano, pois parte do direito à liberdade de opinião e expressão, assim como o de procurar, receber e transmitir informações. É reconhecido em declarações e pactos internacionais (Angélico, 2015; Bento, 2015). Dentre eles, cita-se o art. XIX da Declaração Universal de Direitos Humanos (DUDH) das Nações Unidas, que estabelece que toda a pessoa tem direito à liberdade de expressão, incluindo receber informações e ideias de quaisquer meios e independentes de fronteiras (Nações Unidas, 1948).

O acesso às informações públicas no Brasil teve importantes marcos legais nas últimas décadas. O advento da “Constituição Cidadã”, denominação da Constituição Federal (CF) de 1988, estabeleceu direitos dos cidadãos, como o acesso às informações, elencado nos incisos XIV e XXXIII, do art. 5º, que assegura a todos o direito de acesso à informação de interesse particular, coletivo ou geral, que serão prestados pelos órgãos públicos, dentro do prazo da lei, ressalvados os casos de sigilo (Constituição da República Federativa do Brasil, 1988).

O art. 37 da CF (caput, §1 e II do §3º) estabelece alguns princípios, destacando-se aqui o da publicidade, que ao relacionar os atos, programas, obras, serviços e campanhas estatais deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social. O dispositivo ainda define que a lei disciplinará as formas e como ocorre o acesso dos usuários às informações públicas (Constituição da República Federativa do Brasil, 1988). O princípio da publicidade, garantido na CF, estabelece que o povo tem o direito de conhecer os atos praticados pela administração pública para o exercício do controle social e com compreensibilidade das informações (Platt Neto et al., 2009).

Nesse contexto, a informação pública pode ser definida como um bem público, tangível ou intangível, com forma gráfica, sonora e/ou iconográfica para o uso comum da sociedade e estando na propriedade dos entes públicos de todas as esferas. Ela considera a dimensão pública da informação produzida pelo Estado e opõe-se a privado e a segredo, nos casos que não tem status de sigilo (Batista, 2010). Com a promulgação da Lei Federal n.º 12.527/2011 (LAI), o Brasil passou a contar com um instrumento para detalhar o acesso à informação pública. A LAI trouxe elementos centrais para garantir o direito de acesso, como a definição de informações para divulgação nos portais, a normatização de procedimentos para formular pedidos de informação, as regras de sigilo, os prazos de entrega e outros elementos para disciplinar o acesso e divulgação das informações (Angélico, 2015; Bento, 2015).

A LAI traz, também, o conceito de informação como sendo dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato. A divulgação deve permitir a gravação em formatos eletrônicos, abertos e não proprietários, e o acesso automatizado por sistemas externos, estabelecendo um Estado que trabalhe com dados abertos (Lei n.º 12.527, 2011).

2.3 Qualidade da informação

A qualidade da informação é abordada por diferentes áreas de conhecimento e não existe consenso na literatura sobre definições teóricas e operacionais em razão da subjetividade envolvida no conceito e pelo seu aspecto multidimensional (Paim, Nehmy & Guimarães, 1996; Trindade et al., 2011; Valente & Fujino, 2016). Para Madnick, Lee, Wang e Zhu (2009), embora não tenha havido consenso sobre a distinção entre a qualidade de dados e qualidade da informação, existe uma tendência a usar a qualidade dos dados para questões técnicas, como a integração de dados de fontes distintas, e qualidade da informação para se referir a questões não técnicas, como as estratégias das organizações para as informações estarem em um formato, local e tempo condizentes para serem disponibilizadas aos interessados. Para efeito deste artigo os termos serão intercambiáveis e será adotada a terminologia da qualidade da informação.

Wang e Strong (1996) define a qualidade dos dados como aquela que representa os dados adequados para uso pelos seus consumidores. A definição segue a literatura geral da qualidade, que aborda o conceito "fitness for use" ou "adequação ao uso". Esse conceito enfatiza a importância de observar a qualidade sob o ponto de vista do consumidor, porque, em última análise, é o consumidor quem verifica se um produto é ou não adequado para uso (Wang & Strong, 1996). Portanto, a definição utilizada tem como foco o usuário da informação e enfatiza se o produto, nesse caso o conteúdo (dados e informações), está adequado.

A qualidade da informação apresenta um campo vasto para experimentação e aplicação, que pode agregar valor tanto para a organização como para o meio acadêmico. Na implementação de modelos é importante identificar a necessidade informacional, a ontologia aplicada para atender esta necessidade e buscar a completude da aplicação, não somente definindo ou adaptando um modelo, mas realizando a aplicação no mundo real (Calazans, 2008). Por outro lado, apesar da qualidade da informação ser um campo de estudo não recente, enfrenta problemas de organização no seu campo teórico (Lima & Maçada, 2008). Neste sentido, o corpo teórico é amplo e não consolidado, o que faz com que a pesquisa remeta para conceitos que visam a atender a necessidade e a aplicação prática desta pesquisa. A Tabela 1 apresenta os atributos da qualidade da informação tendo como base teórica os estudos de Platt Neto et al. (2009), Trindade et al. (2011), Arouck (2011) e Lei n.º 12.527 (2011).

Tabela 1
Relação de atributos da qualidade da informação

Dimensões	Atributos	Descrição
Utilidade: propriedade da informação de possuir algum uso. Caracteriza a informação que serve ou é necessária para algo. Fundamentada na relevância das informações e na confiabilidade que pretende dar garantia de veracidade do que é divulgado.	Acurácia	A percepção de que a informação está correta. A informação do sistema representa a situação do mundo real.
	Autenticidade	Qualidade de ser produzida, recebida ou modificada por indivíduo, equipamento ou sistema.
	Confiabilidade	Compreende a capacidade de realizar uma entrega, conforme foi prometida, com segurança e precisão.
	Credibilidade	Identifica a capacidade de ser crível, de ser digno de confiança.
	Disponibilidade	Qualidade da informação que pode ser conhecida e utilizada por indivíduos, equipamentos ou sistemas autorizados.
	Importância	Propriedade da informação ser indispensável para uma ação ou tomada de decisão.
	Integridade	Qualidade da informação não modificada, inclusive quanto à origem, trânsito e destino.
	Relevância	A informação deve estar relacionada com o interesse e as necessidades de informação do usuário.
	Valor	A informação provê benefícios e vantagens com o seu uso.
Compreensibilidade:	Valor Informativo	É a capacidade de fornecer dados e informação significativos para o fim almejado.
	Apresentação	A informação pode ser apresentada em forma narrativa, numérica,

capacidade de a informação ser compreendida, apreendida, entendida. Relacionada à apresentação visual, incluindo a formatação das informações e ao uso da linguagem acessível, simples e orientada ao perfil dos usuários.		gráfica ou outras.
	Clareza	A informação deve ser fornecida de forma que seja de fácil compreensão.
	Fonte	Quem produziu a informação.
	Formato	Como a informação é apresentada. Conjunto de atributos relativos à apresentação física, visual, da informação.
	Inteligibilidade	A informação é facilmente entendida.
	Interface	Consistência no arranjo estrutural e no estilo do conteúdo da informação e <i>hiperlinks</i> dentro da aplicação.
	Interpretabilidade	A informação está disponível em linguagem e símbolos apropriados, e as definições são claras.
	Mídia	A informação pode ser fornecida na forma de documentos em papel impresso, monitores de vídeo ou outras mídias.
Temporalidade: a informação está suficientemente atualizada. A idade da informação é adequada para a necessidade do usuário.	Simplicidade	É a apresentação singela, a partir de elementos básicos.
	Atualidade	O quanto que a informação está atualizada.
	Frequência	A informação deve ser fornecida tantas vezes quantas forem necessárias.
	Idade	Tempo decorrido desde a sua produção.
	Período	A informação pode ser fornecida sobre períodos passados, presentes ou futuros.
	Publicidade	Ampla divulgação de informações à população.
	Tempestividade	A informação deve ser fornecida quando for necessária.

Fonte: Adaptado pelos autores (2020), com base em Platt Neto et al. (2009), Trindade et al. (2011), Arouck (2011), Lei n.º 12.527 (2011).

A faceta da multidimensionalidade da qualidade da informação demonstra que existem diversas proposições de características, dimensões, categorias e atributos para qualificar a informação, conforme o contexto aplicado. Esses atributos da qualidade são usados para definir, medir e gerenciar a qualidade dos dados e informações, apresentando variações de acordo com os estudos utilizados (Valente & Fujino, 2016).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 O caso analisado

O Portal da Transparência do Poder Executivo é um instrumento de controle social que possibilita aos cidadãos acompanhar as informações da arrecadação do Estado, a aplicação dos recursos públicos e outras informações da gestão estadual. Ele promove a transparência ativa por meio da divulgação de conteúdos com TICs (Santa Catarina, 2018; Santa Catarina, 2020).

O Portal está disponível na Internet (www.transparencia.sc.gov.br), onde os cidadãos podem acessar e navegar em diversas funcionalidades, como a pergunta cidadã, o mapa da transparência e os menus das quatro grandes áreas (Receita, Despesa, Responsabilidade Fiscal e Gestão Estadual) que disponibilizam o acesso para outras funcionalidades. Os dados e informações do Portal são provenientes de alguns sistemas de gestão do Estado, como o Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF) e de páginas textuais e relatórios das áreas governamentais do Estado (Santa Catarina, 2018).

A Tabela 2 apresenta os conteúdos sumarizados da Educação e suas funcionalidades. Normalmente é necessário selecionar a Secretaria de Estado da Educação (SED), a Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc), a Fundação Catarinense de Educação Especial (FCEE) e fundos associados para consolidar ou detalhar as consultas pesquisadas.

Tabela 2

Conteúdos da Educação no Portal da Transparência

Estrutura	Conteúdo	Funcionalidade
Informações Institucionais	Informações dos servidores	Remuneração e Dados Funcionais (Menu Despesa)
	Informações Institucionais	Competências dos órgãos e entidades (Menu Gestão Estadual)
	Informações dos Bens Móveis	Bens Móveis (Menu Gestão Estadual)
	Informações dos Bens Imóveis	Bens Imóveis (Menu Gestão Estadual)
	Informações Gerais da Educação no portal SED	Indicadores (Menu Gestão Estadual)
	Legislação dos Servidores	Legislação (Menu Despesa)
	Situação de Cargos de provimento efetivo da Educação	Situação de Cargos (Menu Despesa)
Gestão Financeira	Diárias pagas aos servidores	Diárias (Menu Despesa); Pergunta Cidadã (Página Principal)
	Contratos	Contratos (Menu Despesa)
	Licitações	Licitações (Menu Despesa)
	Receita Orçamentária arrecadada pelo órgão	Receita Detalhada, Dados Abertos Receita (Menu Receita)
	Despesa Orçamentária do Exercício e Restos a Pagar	Despesa Detalhada, Execução de Restos a Pagar, Despesa e Restos, Dados Abertos Despesa e Restos a Pagar (Menu Despesa); Pergunta Cidadã, Galeria de Quadros da Despesa (Página Principal)
	Documentos de empenho, liquidação e pagamento	Busca Documentos (Menu Despesa)
	Relação de pagamentos por fornecedores, Cartão de Pagamento (CPESC), Pagamentos Extraorçamentários	Fornecedores, Cartão de Pagamento (CPESC), Pagamentos Extraorçamentários (Menu Despesa)
	Extratos bancários de contas correntes	Extratos Bancários (Menu Responsabilidade Fiscal)
	Acompanhamento da aplicação de 25% das receitas de impostos e 60% do FUNDEB remuneração	Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) da LRF; Despesas Próprias com Educação e Saúde (Menu Responsabilidade Fiscal)
	Informações dos Orçamentos Públicos em Educação (SIOPE) gerados pelo FNDE	Orçamentos Públicos em Educação (SIOPE) (Menu Gestão Estadual)
Prestação de Serviços	Informações do Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LOA) e Acompanhamento do PPA	PPA, LDO, LOA, Monitoramento do Plano Plurianual (Menu Responsabilidade Fiscal)
	Convênios com Municípios e Entidades	Transferências Obrigatórias e Voluntárias, SC Transferências (Menu Despesa)
	Estoque e Almoxarifado	Estoque e Almoxarifado (Menu Gestão Estadual)
	Obras Públicas	Mapa da Transparência (Página Principal ou Menu Despesa); Dados Abertos Obras (Menu Despesa)
	Informações dos programas de Bolsas Universitárias	Graduação, Pós-Graduação (Menu Despesa)
	Informações na prestação de contas anual do Governo	Balanço Geral (Menu Responsabilidade Fiscal)
	Relação das escolas estaduais	Busca Escolas (Menu Gestão Estadual)

Fonte: Elaborado pelos autores (2020).

3.2 Etapas de pesquisa, instrumentos de coleta e técnicas de análise

Na primeira etapa da pesquisa - *Caracterização do Portal da Transparência* - utilizou-se da pesquisa documental por meio da coleta e seleção de documentos e do próprio acesso às páginas do Portal, sendo realizada no segundo semestre de 2020. A análise dos dados foi documental a partir das informações dos documentos coletados.

Na segunda etapa - *Descrição do Conteúdo sobre Educação* - utilizou-se da pesquisa documental para coletar as informações no Portal do atual estágio de conteúdos da Educação, seguindo o modelo de análise. A busca foi feita por acesso ao Portal e páginas associadas na Internet no segundo semestre de 2020. A análise dos dados foi documental a partir da investigação do Portal e teve como resultado um texto descritivo.

Na *Identificação das Demandas da Sociedade*, terceira etapa, coletou-se os dados pela técnica de pesquisa documental, representada pelos pedidos de informação baseados na LAI da área da Educação, que foram encaminhados pelos cidadãos ao Estado em 2019. A solicitação das bases de dados foi realizada por meio de um pedido de informação baseado na LAI, encaminhado para a Ouvidoria Geral do Estado (OGE), utilizando o formulário eletrônico do e-SIC (www.ouvidoria.sc.gov.br/cidadao/). Os dados foram recebidos por meio de uma planilha eletrônica. Utilizando a análise documental foi realizada a análise inicial de cada pedido, retirando 10 de interesse particular (pedidos de demandas pessoais, como requisição de documentos) e estruturando a base de dados para análise. Posteriormente, realizou-se a análise de conteúdo, tendo como referência as etapas estabelecidas por Moraes (1999), sendo aplicadas a preparação de informações; a categorização dos pedidos; a descrição e a interpretação. Estruturou-se uma base de dados categorizada e foram descritos pontos da análise realizada.

Na quarta etapa - *Propostas de Aperfeiçoamento* - identificou-se as alternativas para aperfeiçoar os dados e informações da área de Educação. Esta etapa foi o resultado da sistematização das etapas anteriores à luz do modelo de análise, que estabeleceu classificações e focou na qualidade da informação.

3.3 O modelo de análise

O modelo de análise foi estruturado para a identificação e proposição dos conteúdos, sendo composto por quatro dimensões e oito categorias, descritas na Tabela 3. A dimensão Identidade tem como referência os conceitos da Estrutura das Informações e do Vocabulário Controlado de Governo Eletrônico (VCGE), voltados à categorização. As demais dimensões seguiram definições de atributos da qualidade da informação.

Tabela 3
Modelo de Análise

Dimensões	Categorias	Base Teórica
Identidade Define uma nomenclatura e classificação do conteúdo	Conteúdo Identificação do conteúdo pela definição de um nome	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (2016): VCGE (Educação Básica e Educação Superior) Cucciniello, Bellè e Valloti (2014): Estrutura das Informações (Institucional, Gestão Financeira, Prestação de Serviços)
	Classificação Identificação do tipo de melhoria (novo ou já existente)	
Utilidade Aborda a utilidade da divulgação do conteúdo e as fontes da divulgação	Relevância Aspectos que demonstram a utilidade e importância do conteúdo	Arouck (2011): Confiabilidade, Credibilidade, Importância, Relevância, Utilidade, Valor Informativo Lei n.º 12.527 (2011): Autenticidade, Integridade Trindade, Oliveira e Becker (2011): Acurácia, Fonte, Valor, Confiabilidade, Relevância Platt Neto et al. (2009): Confiabilidade, Utilidade, Relevância
	Confiabilidade Formas de demonstrar a confiabilidade do conteúdo divulgado (sistema, órgão, autor, entre outros)	
Compreensibilidade Voltada à apresentação do conteúdo quanto a linguagem, formas,	Linguagem Trata das nomenclaturas e informações para o entendimento da composição do conteúdo	Arouck (2011): Clareza, Compreensibilidade, Formato, Simplicidade, Interpretabilidade Lei n.º 12.527 (2011): Disponibilidade Trindade, Oliveira e Becker (2011): Apresentação, Clareza, Formato,
	Apresentação	

formatos e local de divulgação	Relacionada às formas (consulta, texto, gráfico, arquivo), formatos de obtenção (pdf, csv etc) e local da divulgação do conteúdo	Inteligibilidade, Mídia, Interface, Interpretabilidade Platt Neto et al. (2009): Apresentação, Compreensibilidade, Divulgação, Linguagem
Temporalidade Relacionada aos aspectos temporais do conteúdo para atualização e manutenção da disponibilização do mesmo	Tempestividade Indica a periodicidade requerida de atualização do conteúdo (diário, mensal, anual etc.)	Arouck (2011): Atualidade, Tempestividade. Trindade, Oliveira e Becker (2011): Atualidade, Frequência, Idade, Período, Tempestividade, Temporalidade Platt Neto et al. (2009): Tempestividade
	Série Histórica Estabelece o período de tempo que inicia a divulgação do conteúdo	

Fonte: Elaborado pelos autores (2020).

4 RESULTADOS

4.1 Categorização dos pedidos de informação

Os 51 pedidos de interesse geral foram categorizados na etapa de análise de conteúdo a partir da leitura e interpretação de cada pedido, utilizando categorias do referencial teórico e outras criadas durante a análise. Uma primeira categorização foi relacionada ao sistema educacional com uso dos termos do VCGE (Educação Básica e Educação Superior). O resultado mostrou que 88% dos pedidos são da Educação Básica (45 pedidos) e 12% da Educação Superior (6 pedidos).

A categorização da estrutura das informações observou as dimensões de Cucciniello et al. (2014), utilizando três delas. Os resultados mostraram que 58,8% (30 pedidos) estão associados à “Prestação de Serviços”, 29,4% à “Informações Institucionais” (15 pedidos) e 11,8% à “Gestão Financeira” (6 pedidos). Criaram-se duas categorizações analíticas (assunto e detalhamento do assunto) para agrupar os pedidos e gerar as proposições. A Tabela 4 apresenta essas categorias e os seus relacionamentos.

Tabela 4

Classificação dos Conteúdos

Estrutura da Informação	Assunto	Detalhamento do Assunto
Informações Institucionais	Recursos Humanos	Concursos
		Informações dos Servidores
		Legislação dos Servidores
	Estrutura Organizacional	Legislação Institucional
Gestão Financeira	Despesas	Ensino - Estadual
		Escolas
		Professores e Servidores da Escola
Prestação de Serviços	Ações e Resultados	Universidade
		Avaliação dos Estudantes
	Convênios e Transferências de Recursos	Programas e Projetos
		Associações de Pais e Professores
		Bolsas Universitárias
	Informações dos Serviços	Escolas Particulares
		Funcionamento da Escola
		Dados da Escola
		Estudantes
		Oferta de Vagas
		Professores e Servidores da Escola
		Universidade

Fonte: Elaborado pelos autores (2020).

O volume maior de demandas informacionais voltadas para Prestação de Serviços demonstra uma carência de conteúdos deste aspecto bastante importante no qual o Estado divulga aos

cidadãos como estão sendo realizados e entregues os serviços públicos e os resultados da prestação de serviços. As informações demandadas pelos cidadãos apresentam necessidades de aprimoramento informacional da transparência sobre Educação. Para tanto, o Portal da Transparência, instrumento principal de divulgação, pode agregar e facilitar o acesso a estes conteúdos.

A utilização dos atributos da qualidade da informação propostos contribui para guiar na identificação e formulação de propostas que atendam às demandas da sociedade, aqui aplicadas a partir de um universo de pedidos de informação baseados na LAI, que podem, assim, gerar diretrizes orientativas para futuras implementações do Portal, observando os atributos da relevância, confiabilidade, linguagem, apresentação, tempestividade e série histórica.

4.2 Descrição dos atributos da qualidade da informação

Na análise de conteúdo foram geradas constatações a partir dos atributos da qualidade da informação, descritas a seguir:

Relevância: observada a partir do interesse em conhecer melhor o ensino catarinense em sua estrutura física, de recursos humanos, normativa e também específica, como as informações de determinada escola. Demandas para atender pesquisas acadêmicas, interesse em concursos, formação de base de dados foram também constatadas.

Confiabilidade: identificada que a maioria das reivindicações remete à SED, à Udesc (Educação Superior) e alguns casos para as gerências da SED e o Estado. Assim, os níveis mais altos de hierarquia estadual foram suficientes para demonstrar a confiabilidade.

Linguagem: verificada nas palavras mais repetidas nos textos dos pedidos, a partir da elaboração de uma *word cloud* com a ferramenta Atlas.TI® (Escola - 57 palavras, Educação - 43, Informações - 38, Professores - 31, Ensino - 28, Estado - 28), sugerindo nomenclaturas e descrições com palavras cotidianas da Educação, como “Escola”.

Apresentação: identificadas demandas relacionadas a quantitativos, listas, valores, como o número de professores e alunos. Em relação aos formatos, houve solicitações em planilhas e não se identificou um formato específico ou proprietário.

Tempestividade: observada que a maioria das reivindicações se refere a informações do ano de 2019 (tempestivas), dado o momento da solicitação. Conteúdos quantitativos normalmente foram requeridos por mês e ano.

Série Histórica: na maioria dos pedidos com séries foram requisitadas informações entre 2014 e 2019. A maior série foi a partir de 2009 (10 anos), sugerindo trabalhar com 6 anos ou menos. As solicitações envolveram quantidades, valores e listagem de dados.

4.3 Melhorias dos conteúdos para a Educação

4.3.1 Área Temática da Educação

A partir do levantamento dos conteúdos disponibilizados no Portal foi constatado uma diversidade de informações e dados relacionados à área da Educação que estão disponíveis em diferentes consultas, páginas e ferramentas externas. Nesse sentido, uma sugestão de aperfeiçoamento da organização dos conteúdos seria a criação de uma página central da temática “Educação” para concentrar os assuntos e, a partir desse local, gerar acesso mais fácil e rápido para todos os conteúdos da área.

A organização em áreas temáticas é uma prática que está iniciando em alguns portais estaduais, embora com poucos conteúdos, mas demonstra uma tendência em convergir assuntos por temas. Os achados foram identificados nos portais da transparência do Espírito Santo, Paraná, Maranhão e São Paulo (Espírito Santo, 2021, Paraná, 2021; Maranhão, 2021; São Paulo, 2021) e demonstram relação com as categorias teóricas Compreensibilidade (Arouck, 2011; Lei n.º 12.527, 2011; Platt Neto et al., 2009; Trindade et al., 2011) e Utilidade do conteúdo (Arouck, 2011; Lei

n.º 12.527, 2011; Platt Neto et al., 2009; Trindade et al., 2011). Outra constatação desta tendência é a implementação de grupos, áreas ou temas. No portal de dados abertos do Distrito Federal é explanado que a utilização de temas (Saúde, Educação, Transporte) é realizada para criar e gerenciar os dados por assuntos, ajudando quem consulta a encontrar dados de assuntos comuns (Distrito Federal, 2021).

O acesso da página temática poderia estar presente na página principal do Portal para facilitar a identificação e estimular a população de interesse. Com relação à composição de conteúdos, sugere-se implementar filtros da área Educação (órgão, função da despesa etc.) nas consultas existentes e disponibilizá-las na página temática para iniciar a implementação.

A análise dos pedidos revelou a necessidade de disponibilizar dados gerais e o detalhamento dos mesmos, como apresentar o total de escolas e os dados de cada uma separadamente (poderia ser direcionado e criado uma página específica de cada escola). Sugerem-se disponibilizações a partir da mesma origem informacional, como apresentar o total de obras da Educação e desmembrá-las para cada escola. A centralização dos conteúdos poderá auxiliar a consolidação de dados da Educação para o portal de dados abertos do Estado. Portanto, a criação da página temática “Educação”, associada a uma linguagem cidadã para nomes e textos, tende a auxiliar os cidadãos a acessar e compreender melhor os conteúdos da Educação. Estes achados evidenciam uma relação com a categoria teórica Utilidade (Arouck, 2011; Lei n.º 12.527, 2011; Platt Neto et al., 2009; Trindade et al., 2011).

4.3.2 Proposições de conteúdos

As proposições surgiram a partir da análise de conteúdo dos pedidos de informação e dos conteúdos divulgados no Portal, identificando proposições de novos conteúdos e melhorias nos existentes. As Tabelas 5, 6 e 7 apresentam as proposições, por estrutura de informações, elaboradas pelos autores.

Tabela 5

Síntese das Proposições: Informações Institucionais

Conteúdo	Melhoria	Relevância	Confiabilidade	Linguagem	Apresentação	Tempestividade	Série Histórica
Informações de Concursos	Novo conteúdo	Divulgar oportunidade de trabalho no Estado	Dados dos gestores (secretaria, diretoria, gerência)	“Concursos”	Página de textos e arquivos. Divulgar arquivos em formato “pdf” dos editais.	Anual	A partir de 2017
Quantidade de servidores e dados funcionais da Educação	Melhoria de conteúdo	Conhecer a estrutura de recursos humanos do Estado e a outros dados funcionais	Dados do Sistema de Recursos Humanos e gestor do sistema (secretaria)	“Informação dos Servidores da Educação”	Página do tipo consulta, semelhante à “Remuneração de Dados Funcionais”, filtrando os órgãos da Educação. Manter o formato “csv”	Mensal	A partir de 2019
Legislação dos servidores da Educação Básica	Melhoria de conteúdo	Dar publicidade aos aspectos legais dos servidores com maior facilidade	Dados dos gestores (secretaria, diretoria, gerência)	“Legislação do Servidor da Educação”	Página do Portal do Servidor (legislações) para a Educação, criando áreas temáticas e serviço de “Perguntas e Respostas”. Arquivos em formato “pdf”	Anual	A partir de 1996 (com base na Lei n.º 9.394 /1996)
Legislação dos servidores da Educação Superior	Novo Conteúdo	Publicitar as legislações e aspectos legais dos servidores com facilidade de acesso e compreensão	Dados dos gestores (secretaria, diretoria, gerência)	“Legislação do Servidor da Udesc”	Página do Portal da UDESC, criando áreas temáticas e serviço de “Perguntas e Respostas”. Arquivos em formato “pdf”	Anual	A partir de 1996 (base na Lei n.º 9.394/96)
Legislação da Educação Básica	Novo Conteúdo	Melhorar a publicidade e acesso das legislações da educação catarinense	Dados dos gestores (secretaria, diretoria, gerência)	“Legislação da Educação Básica”	Página de textos e arquivos para as legislações da Educação, criando áreas para assuntos específicos. Arquivos em formato “pdf”	Anual	A partir de 1988 (base na Constituição Federal)
Legislação da Educação Superior	Novo Conteúdo	Melhorar a publicidade das legislações da educação superior	Dados dos gestores (secretaria, diretoria, gerência)	“Legislação da Educação Superior”	Página de textos e arquivos para as legislações da Educação, criando áreas para assuntos específicos. Arquivos em formato “pdf”	Anual	A partir de 1988 (base na Constituição Federal)
Estruturação da Educação Básica Catarinense	Novo Conteúdo	Divulgar a organização do ensino catarinense	Dados dos gestores (secretaria, diretoria, gerência)	“Educação Básica Catarinense”	Página de textos e arquivos, incluindo relatórios em formato “pdf”	Anual	A partir de 2019

Fonte: Elaborado pelos autores, 2020.

Tabela 6

Síntese das Proposições: Gestão Financeira

Conteúdo	Melhoria	Relevância	Confiabilidade	Linguagem	Apresentação	Tempestividade	Série Histórica
Remuneração dos Professores	Novo Conteúdo	Divulgar informação financeira importante para a sociedade	Dados do Sistema de Recursos Humanos e gestor do sistema (secretaria)	“Salários dos Professores”	Página “Remuneração e Dados Funcionais” do Portal para a Educação, criando área na parte superior (gráfica e valores). Inclusão de relatório em “csv” da base de dados calculada	Mensal	A partir de 2013 (série da consulta)
Gastos com Energia Elétrica das Escolas	Novo Conteúdo	Construção de um banco de dados nacional do consumo de energia nas escolas	Dados do Sistema de Recursos Humanos e gestor do sistema (secretaria)	“Gastos com Energia Elétrica das Escolas”	Página do tipo de consulta com filtros para escolha da escola, prevendo disponibilizar os dados em formato “csv”	Mensal	A partir de 2018
Gastos do Ensino Médio Integral em Tempo Integral (EMITI)	Novo Conteúdo	Publicitar os gastos relacionados do EMITI	Dados dos gestores (secretaria, diretoria, gerência)	“Finanças do Ensino Médio Integral em Tempo Integral (EMITI)”	Página de textos e arquivos, prevendo a inclusão de relatórios em formato “pdf” e “csv”	Anual	A partir de 2017
Gastos com Escolas Militares	Novo Conteúdo	Publicitar os gastos com Escolas Militares	Dados dos gestores (secretaria, diretoria, gerência)	“Finanças das Escolas Militares”	Página de textos e arquivos. Relatórios financeiros em formato “pdf” e “csv”	Anual	A partir de 2015
Informações das Licitações da Udesc	Melhoria de conteúdo	Publicitar as licitações, dispensas e inexigibilidades da Udesc	Dados do Sistema Financeiro e gestor do sistema (secretaria)	“Licitações da Udesc”	Página externa do tipo consulta, com documentos em pdf, doc, csv	Diário	A partir de 2019

Fonte: Elaborado pelos autores, 2020.

Tabela 7

Síntese das Proposições: Prestação de Serviços

Conteúdo	Melhoria	Relevância	Confiabilidade	Linguagem	Apresentação	Tempestividade	Série Histórica
Rendimento Escolar	Novo Conteúdo	Conhecer a avaliação média dos alunos	Dados do sistema e gestor do sistema (secretaria)	“Rendiment o Escolar”	Página do tipo consulta, com filtros por escolas, com dados em “csv”	Anual	A partir de 2018
Informações sobre os projetos da Educação	Novo Conteúdo	Divulgar informações de projetos da Educação	Dados dos gestores responsáveis (secretaria, diretoria, gerência)	“Programas e Projetos da Educação”	Página de textos e arquivos com áreas separadas para cada Programa ou Projeto, em formato “pdf”	Anual	A partir de 2019
Bolsas Universitárias UNIEDU	Melhoria de conteúdo	Divulgar documento comprobatório do recebimento de benefício	Incluir os gestores (secretaria, diretoria, gerência)	“Bolsas Universitárias UNIEDU”	Manter a Página atual de textos e arquivos	Anual	A partir de 2011 (hoje: a partir de 2013)
Convênios com as Associações de Pais e Professores	Novo Conteúdo	Demonstrar informação detalhada dos convênios com as APPs.	Dados do sistema e gestor do sistema (secretaria)	“Convênios com as Associações de Pais e Professores”	Página “Transferências Obrigatórias e Voluntárias” adaptada para informar apenas os credores de APPs, em formato “csv”	Mensal	A partir de 2013 (conforme a consulta)
Convênios com Escolas Particulares	Novo Conteúdo	Demonstrar os convênios com escolas particulares	Dados dos gestores (secretaria, diretoria, gerência)	“Convênios com Escolas Particulares”	Página de textos e arquivos em formato “pdf” e “csv”	Anual	A partir de 2019
Informações do funcionamento da escola	Novo conteúdo	Divulgação detalhada de informações de cada escola	Dados dos gestores (secretaria, diretoria, gerência)	“Informações da Escola <nome da escola>”	“Informações da Escola + nome escola”, dividida por conteúdo. Dados em “csv” ou “pdf”	Diária, Mensal e Anual (conforme conteúdo)	A partir de 2019
Dados Gerais e Estatísticos dos Estudantes da Udesc)	Novo conteúdo	Divulgação detalhada de informações da UDESC	Dados dos gestores (secretaria, diretoria, gerência)	“Estudantes da Udesc”	Página de textos e arquivos dividida por conteúdos, em formato aberto “csv” ou “pdf”	Mensal (conforme conteúdo)	A partir de 2019
Dados gerais e estatísticos das escolas	Novo Conteúdo	Apresentar panorama geral das escolas	Dados do sistema e gestor do sistema (secretaria)	“Rede Estadual de Ensino – Educação Básica”	Página e “Mapa das Escolas”. Formatos “csv”, “pdf” e “png” (mapa)	Mensal (conforme conteúdo)	A partir de 2019
Dados dos estudantes da	Novo Conteúdo	Apresentar panorama geral dos alunos	Dados do sistema e gestor do sistema	“Estudantes da Educação	Consultas, textos e arquivos com dados em formato aberto “csv”	Mensal	A partir de 2019

Conteúdo	Melhoria	Relevância	Confiabilidade	Linguagem	Apresentação	Tempestividade	Série Histórica
Educação Básica			(secretaria)	Básica”			
Dados de professores e servidores	Novo Conteúdo	Apresentar panorama geral dos professores e servidores	Dados do sistema e gestor do sistema (secretaria)	“Professores e servidores da Educação Básica”	Nova página com consultas, textos e arquivos contendo painéis e filtros, em formato “csv” e “pdf”	Mensal	A partir de 2019
Dados das vagas nas Escolas	Novo Conteúdo	Divulgar a situação de vagas nas escolas	Dados do sistema e gestor do sistema (secretaria)	“Vagas nas Escolas Estaduais”	Nova página do tipo consulta, com dados em formato aberto “csv”	Diária	A partir de 2020 (mensal)

Fonte: Elaborado pelos autores, 2020.

As informações institucionais da Tabela 5 compreendem sete proposições que abordam assuntos organizacionais da Educação, como sua estrutura e os recursos humanos. Agrupa informações de concursos públicos, quantitativos gerais e legislações dos servidores, a divulgação de normativos gerais, procedimentos legais e conteúdos para informar a organização do ensino catarinense. Quanto à gestão financeira (Tabela 6), as cinco proposições são para aspectos financeiros da Educação, como a disponibilização de uma série histórica do vencimento base e da remuneração média pagos nos últimos anos. Os demais assuntos voltam-se para as despesas das escolas, como de energia elétrica, e para determinados tipos (EMITI e escolas militares) e, referentes às informações dos processos licitatórios da Udesc.

Na prestação de serviços (Tabela 7), as onze proposições agrupam informações da avaliação escolar e de alguns projetos e programas. Fazem parte, também, os conteúdos de convênios com escolas particulares e APPs, as informações do funcionamento das escolas e da UDESC e dados diversos de escolas, estudantes, professores, servidores e da oferta de vagas das escolas, que buscam apresentar um panorama geral dos serviços da Educação.

As Tabelas 5, 6 e 7 sintetizam as proposições empreendidas, sendo que 4 das 23 proposições (17,4 %) são classificadas como ‘melhoria de conteúdo já existente’ e 19 (82,6%) são consideradas ‘novo conteúdo’. Como o próprio nome indica, as proposições classificadas como ‘novo conteúdo’ não estão disponíveis atualmente no Portal da Transparência. Em termos de impacto das proposições frente ao que é fornecido como informação, as diretrizes proporcionam alternativas para o aperfeiçoamento da transparência pública estadual da Educação, por meio do Portal, que ao serem implementadas poderão trazer facilidades no acesso, convergência e disponibilidade de novos conteúdos na Internet para atender demandas informacionais dos cidadãos e facilitar o exercício do controle social.

5 CONCLUSÃO

O objetivo do artigo consistiu em propor diretrizes para o aperfeiçoamento da transparência de dados e informações públicas do Estado de Santa Catarina, relacionadas à Educação, por meio do Portal da Transparência do Poder Executivo. Para cumprir o objetivo, foram pesquisados conteúdos no Portal e analisados 61 pedidos de informação de 2019 baseados na LAI. Os resultados mostraram que 88% dos pedidos se referem à Educação Básica e 12% à Educação Superior. Uma outra análise demonstrou que 58,8 % estão associados à “Prestação de Serviços”, seguidos de 29,4% de “Informações Institucionais” e 11,8% da “Gestão Financeira”. Com isso, constata-se que a população vem demandando mais pedidos para a Educação Básica e Prestação de Serviços, indicando prioridade nas implementações para atender essas expectativas e evitar pedidos recorrentes.

Foram elaboradas 23 proposições a partir das dimensões e categorias estabelecidas no modelo de análise. Os assuntos referem-se a informações organizacionais, de recursos humanos, de escolas, da universidade, dos serviços, de ações e resultados, de despesas e de convênios e transferências de recursos. As proposições voltam-se para aspectos gerais, como o quantitativo de alunos, professores e escolas, mas também abordam categorizações e detalhamentos, como os relacionados a cada escola para divulgá-los de forma particularizada. Sugere-se a criação de uma página da temática “Educação”, como parte integrante do Portal, para concentrar o repertório de conteúdos da área, direcionando para outras páginas do Portal e externas, constituindo-se um local que agrupa informações da Educação. Além das proposições sugeridas, a página temática poderia incluir conteúdos da Educação a partir da aplicação de filtros desta área em funcionalidades existentes do Portal, facilitando o acesso às informações pelos cidadãos.

Além das implicações práticas, a respeito dos atributos da qualidade da informação, a pesquisa também deixa sua contribuição teórica no desenvolvimento de um modelo de análise composto de atributos que puderam sistematizar a coleta, diagnóstico e a proposição dos conteúdos. Este modelo foi composto de quatro dimensões e oito categorias. A primeira dimensão

definiu a identidade, estabelecendo uma nomenclatura para o conteúdo e classificações. As demais dimensões foram desmembradas em categorias que abordaram aspectos da utilidade (relevância, confiabilidade), compreensibilidade (linguagem, apresentação) e temporalidade (tempestividade e série histórica) dos conteúdos. Ao identificar a carência em pesquisas com modelos para sistematizar processos de identificação, diagnóstico e geração de proposições de conteúdos com a utilização de atributos da qualidade da informação, foi necessário desenvolver um modelo analítico próprio para atender ao objetivo estabelecido. Constitui-se, assim, uma contribuição teórica do presente estudo o desenvolvimento de um modelo analítico com a utilização de atributos da qualidade da informação, que permitiu fazer uma conexão para conhecer os conteúdos dispostos, buscar as alternativas e apresentar as proposições de recomendação, sendo assim um guia sistematizado para uma pesquisa envolvendo conteúdos.

O estudo demonstrou que existem aspectos que podem ser trabalhados para melhorar a transparência estadual para a Educação e constata ser benéfico observar os atributos da qualidade da informação para guiar e propor melhorias. A pesquisa não esgota futuros estudos nessa temática e sugere que sigam as diretrizes da LAI que orientam a divulgação de conteúdos utilizando as TICs, criando formas rápidas, interativas e disponíveis na Internet para facilitar o exercício do controle social pela população. Como limitação do estudo, utilizou-se a base de dados dos pedidos de informação de um ano (2019) tendo em vista a necessidade da verificação textual de cada pedido pelo órgão estadual, antes de disponibilizar. Novas pesquisas podem utilizar anos distintos para coletar novas demandas informacionais e mesmo para ratificar as proposições identificadas. O estudo pode ser aplicado nas demais áreas de governo, como saúde e segurança pública, e ser utilizado como referência para outros entes governamentais, como as unidades federativas e municípios.

REFERÊNCIAS

- Allegretti, D. D. S., & Platt Neto, O. A. (2010). Funcionalidades, limitações e potencialidades do Portal da Transparência do Estado do Rio Grande do Sul. *Revista Catarinense da Ciência Contábil*, 9(26), 79-95.
- Almeida, S. E. C. (2015). *Lei de Acesso à Informação e transparência: proposta de inclusão de informações no portal transparência*. Dissertação de mestrado, Universidade de Federal da Paraíba, João Pessoa, PB, Brasil.
- Angélico, F. (2015). *Lei de Acesso à Informação: reforço ao controle democrático*. São Paulo: Estúdio Editoras.com.
- Arouck, O. (2011). *Atributos da Qualidade da Informação*. Dissertação de mestrado, Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil.
- Barbosa, M. C. B. (2015). *A Lei de Acesso à informação no Brasil: análise da convergência entre os princípios da Lei e o conteúdo das solicitações dos usuários*. Dissertação de mestrado, Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil.
- Batista, C. L. (2010). As dimensões da informação pública: transparência, acesso e comunicação. *Revista Transinformação*, 22(3), 225-231.
- Bento, L. V. (2015). *Acesso a informações públicas: princípios internacionais e o direito brasileiro*. Curitiba: Juruá.
- Calazans, A. T. S. (2008). Qualidade da informação: conceitos e aplicações. *TransInformação*,

20(1), 29-45.

Calvosa, M. V. D., Silva, T. A., & Krakauer, P. V. C. (2017). Portais Eletrônicos utilizados nos Municípios fluminenses: Análise das Ações Inovadoras. *Sociedade, Contabilidade e Gestão*, 2(2), 63-79.

Carossi, D. F., & Teixeira Filho, J. G. A. (2016). Uma análise dos Pedidos de Acesso à Informação encaminhados a uma instituição de ensino superior. *Revista Gestão.Org*, 14, 255-264.

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (1988). Brasília, DF: Presidência da República.

Cruz, C. F., Ferreira, A. C. S., Silva, L. M., & Macedo, M. Á. S. (2012). Transparência da gestão pública municipal: um estudo a partir dos portais eletrônicos dos maiores municípios brasileiros. *Revista de Administração Pública*, 46(1), 153-176.

Cucciniello, M., Bellè, N., & Valloti, G. (2014). Assessing public preferences and the level of transparency in government using an exploratory approach. *Social Science Computer Review*. 1-16.

Curto-Rodríguez, R. (2020). Transparencia operativa de las comunidades autónomas españolas mediante sus portales de datos abiertos. *El profesional de la información*, 29(1), 1-13.

Distrito Federal. (2021). *Portal de Dados Abertos do Distrito Federal*. Recuperado em 13 março, 2021, de <http://www.dados.df.gov.br>.

Espírito Santo. (2021). *Portal da Transparência do Estado do Espírito Santo*. Recuperado em 28 março, 2021, de <http://www.transparencia.es.gov.br>.

Freire, F. R. F. (2014). *Desafios para a Transparência Pública: Um estudo com os usuários do Portal da Transparência do Governo Federal*. Dissertação de mestrado, Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil.

Gama, J. R. (2015). *Instrumentos de Transparência e acesso às informações públicas: um estudo das demandas por informações contábeis nas universidades federais*. Tese de doutorado, Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil.

Grimmelikhuijsen, S. G., & Welch, E. W. (2012). Developing and testing a theoretical framework for computer-mediated transparency of local governments. *Public administration review*, 72(4), 562-571.

Jahns, F.T., & Raupp, F. M. (2016). Transparência do Poder Executivo dos Estados Brasileiros. *Revista Universo Contábil*, 12(3), 65-72.

Lei n.º 12.527, de 18 de novembro de 2011. 2011. Lei de Acesso à Informação. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República.

- Lei Complementar n.º 741, de 12 de junho de 2019* (2019). Dispõe sobre a estrutura organizacional básica e o modelo de gestão da Administração Pública Estadual, no âmbito do Poder Executivo, e estabelece outras providências. Florianópolis: Governo do Estado.
- Lima, C. R. A., Schramm, J. M. A., Coeli, C. M., & Silva, M. E. M. (2009). Revisão das dimensões de qualidade dos dados e métodos aplicados na avaliação dos sistemas de informação em saúde. *Cadernos de Saúde Pública*, 10, 2095-2109.
- Lima, L. F. R., & Maçada, A. C. G. (2008). Pesquisa em qualidade da informação: um estudo sobre o estado-da-arte no tema e sua consolidação. *Anais do Encontro da ANPAD*, Rio de Janeiro, RJ, 32.
- Máchová, R., & Lnenicka, M. (2016). Evaluating the Quality of Open Data Portals on the National Level. *Journal of Theoretical and Applied Electronic Commerce Research*, 12(1), 21-41.
- Madnick, S. E., Lee, Y. W., Wang, R. Y., & Zhu, H. (2009). Overview and framework for data and information quality research. *ACM Journal of Data and Information Quality*, 1(1).
- Maranhão. (2021). *Portal da Transparência do Estado do Maranhão*. Recuperado em 22 fevereiro, 2021, de <http://www.transparencia.ma.gov.br>.
- Meijer, A. (2013). Understanding the Complex Dynamics of Transparency. *Public Administration Review*, 73(3), 429-439.
- Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (2016). *VCGE Vocabulário de Governo Eletrônico 2.1.0 detalhado*. Recuperado em 06 junho, 2020, de http://www.orcamentofederal.gov.br/orcamentos-anuais/orcamento-1999/Portaria_Ministerial_42_de_140499.pdf.
- Moraes, R. (1999). Análise de conteúdo. *Revista Educação (PUC-RS)*, 22(37), 7-32.
- Nações Unidas. (2020). *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. Recuperado em 11 abril, 2020, de <https://nacoesunidas.org/docs/>
- Paim, I., Nehmy, R. M. Q., & Guimarães, C. G. (1996). Problematização do conceito “Qualidade” da Informação. *Revista Perspectivas em Ciência da Informação*, 1(1), 111-119.
- Paraná. (2021). *Portal da Transparência do Estado do Paraná*. Recuperado em 03 março, 2021, de <http://www.transparencia.pr.gov.br>.
- Pasquier, M., & Villeneuve, J. P. (2007). Organizational barriers to transparency: a typology and analysis of organizational behaviour tending to prevent or restrict access to information. *International Review of Administrative Sciences*, 73(1), 147-162.
- Pinho, J. A. G. de. (2008). Investigando portais de governo eletrônico de estados no Brasil: muita tecnologia, pouca democracia. *Revista de Administração Pública*, 42(3), 471-493.
- Platt Neto, O. A., Da Cruz, F., Ensslin, S. R., & Ensslin, L. (2009). Publicidade e Transparência das Contas Públicas: Obrigatoriedade e Abrangência desses Princípios na Administração Pública Brasileira. *Contabilidade Vista & Revista*, 18(1), 75-94.

- Portaria n.º 42, de 14 de abril de 1999 (1999). Atualiza a discriminação da despesa por funções de que tratam o inciso I do § 1º do art. 2º e § 2º do art. 8º, ambos da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, estabelece os conceitos de função, subfunção, programa, projeto, atividade, operações especiais, e dá outras providências. Brasília: Ministério de Estado do Orçamento e Gestão.
- Porumbescu, G. A. (2015). Using transparency to enhance responsiveness and trust in local government: Can it work? *State and Local Government Review*, 47(3), 205-213.
- Raupp, F. M., & Pinho, J. A. G. (2011). Construindo a accountability em portais eletrônicos de câmaras municipais: um estudo de caso em Santa Catarina. *Cadernos EBAPE. BR*, 9(1), 117-139.
- Raupp, F. M., & Pinho, J. A. G. (2013). Accountability em câmaras municipais: uma investigação em portais eletrônicos. *Revista de Administração*, 48(4), 770-782.
- Sales, T. S. (2012). Acesso à Informação, Controle Social das Finanças Públicas e Democracia: Análise dos Portais da Transparência dos Estados Brasileiros Antes e Após o Advento da Lei n.º 12.527/2011. *Revista Direito Público*, 9(48).
- Santa Catarina (2020). *Manual de Navegação do Portal da Transparência do Poder Executivo de Santa Catarina*. Recuperado em 03 agosto, 2020, de <http://www2.sef.sc.gov.br/transparenciasc/manual/Manual.pdf>
- Santa Catarina (2020). *Portal da Transparência do Poder Executivo de Santa Catarina*. Recuperado em 03 agosto, 2020, de <http://www.transparencia.sc.gov.br>.
- São Paulo (2021). *Portal da Transparência do Estado de São Paulo*. Recuperado em 04 abril, 2021, de <http://www.transparencia.sp.gov.br>.
- Silva, A. A. P. S., Monteiro, D. A. A., & Reis, A. O. (2020). Qualidade da Informação dos dados governamentais abertos: análise do portal de dados abertos brasileiro. *Revista Gestão em Análise*, 9(1), 31-47.
- Souza, R. J., Barbosa, R. B., Cabral, A. C. A., & Santos, S. M. (2019). Avaliação da qualidade das informações disponibilizadas no portal da transparência do estado do Ceará. *Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação*, 24(54), 91-104.
- Trindade, A. L. B., Oliveira, M., & Becker, G. V. (2011). Análise dos atributos para avaliação da Qualidade da Informação nos ambientes de intranet para apoio à gestão do conhecimento. *Revista Eletrônica de Administração*, 70(3), 776-801.
- Valente, N. T. Z., & Fujino, A. (2016). Atributos e dimensões de qualidade da informação nas Ciências Contábeis e na Ciência da Informação: um estudo comparativo. *Perspectivas em Ciência da Informação*, 21(2), 141-167.
- Wang, R. Y., & Strong, D. M. (1996). Beyond Accuracy: What Data Quality Means to Data Consumers. *Journal of Management Information System*, 12(4), 5-34.

Zuccolotto, R., & Teixeira, M. A. C. (2019). *Transparência: aspectos conceituais e avanços no contexto brasileiro*. Brasília: Enap.

Zuccolotto, R., Teixeira, M. A. C., & Riccio, E. L. (2015). Transparência: reposicionando o debate. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, 12(25), 137-158.